

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: 4002364-71.2013.8.26.0566

Classe - Assunto Procedimento Comum - Indenização por Dano Material

Requerente: Eduardo Murgel Ferraz Kehl

Requerido: Banco Itaucard S/A

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Milton Coutinho Gordo

Processo nº 4002364-71.2013

VISTOS

EDUARDO MURGEL FERRAZ KEHL ajuizou AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c.c. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS c.c. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA em face de ITAUCARD S.A., todos devidamente qualificadas.

Aduz o autor, que recebeu propostas de negociação de dívida da ré em três datas diferentes, janeiro/2013, junho/2013 e outubro/2013 todas com valores também diferentes. Ocorre que nunca contraiu dívidas com a instituição financeira. Mesmo assim teve seus dados incluídos por ela no cadastro de inadimplentes. Requereu a procedência da ação, a antecipação da tutela visando evitar publicações negativas referentes ao seu

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

nome, condenação da instituição financeira a indenização a título de dano material e moral e ao pagamento dos honorários advocatícios. A inicial veio instruída por documentos às fls. 16/25.

Antecipação de tutela deferida às fls. 29.

Devidamente citada a instituição financeira ré apresentou contestação alegando que: 1) o contrato objeto de negativação é um cartão de crédito nº 4032.xxxx.xxxx.0187, solicitado e utilizado pelo autor; 2) houve utilização do produto de 09/1996 a 09/2008 e o cliente realizou diversos pagamentos de faturas. O cartão foi cancelado em 01/09/2008, por falta de pagamento; 3) há litigância de má-fé da parte autora ante a presença de legítima contratação, e é regular o direito do réu de cobrar; 4) ausentes os pressupostos que asseguram o direito a indenização a título de danos morais e materiais e a inversão do ônus da prova. Requereu a improcedência dos pedidos contidos na exordial e a condenação do requerente ao pagamento da sucumbência.

Sobreveio réplica às fls. 119/122

Às fls. 123 a instituição financeira manifestou interesse em audiência de instrução e julgamento para oitiva de testemunhas e depoimento pessoal do autor.

O autor foi instado a produção de provas à fls.

130.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Relatei, na síntese do que tenho por necessário.

DECIDO, no estado em que se encontra a controvérsia, por entender completa a cognição.

Na inicial, mais especificamente a fls. 02 o autor sustentou nada dever para a ré, solicitando que o juízo declare inexistir relação jurídica entre as partes.

Ocorre que ao replicar a defesa, alterou a narrativa admitindo ter sido cliente da Casa Bancária e, ainda, ter utilizado regularmente o cartão de crédito que lhe foi disponibilizado por longos anos.

Se não reconhecia a dívida contraída perante a Casas Bahia deveria ter solicitado a tal estabelecimento comercial os esclarecimentos pertinentes. A ré, no caso, se limita a processar o pagamento combinado entre o autor e o comerciante, com o uso do plástico a ele disponibilizado.

Ademais, o documento de fls. 192, trazido aos autos pela Casas Bahia, discrimina as compras efetuadas naquele estabelecimento.

Na sequência (fls. 208/209), o próprio autor admite ter adquirido mercadorias na respectiva loja, apenas impugnando o valor cobrado por elas.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Logo, não há como acolher a súplica inaugural.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pleito inicial, condenando o autor no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00, observando-se o disposto no artigo 98, parágrafo 3º, do CPC.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença, fazendo o requerimento necessário nos termos dos artigos 523 e 524, do CPC.

P.R.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 20 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA